

**Fernando
Henrique
Cardoso**



**Capitalismo
e Escravidão
no Brasil
Meridional**

**O Negro na Sociedade
Escravocrata
do Rio Grande do Sul**

IV

ESTRUTURA ECONÔMICA E POLÍTICA DA SOCIEDADE ESCRAVOCRATA

Neste capítulo serão analisadas, em primeiro lugar, as relações entre a economia escravocrata gaúcha e o sistema de poder, tanto no nível local, como no nível nacional. Veremos, então, as conseqüências negativas sobre a economia do charque ocasionadas pelo desenvolvimento incompleto da dominação senhorial dos criadores, curtidores e exportadores rio-grandenses. De fato, por um lado a economia do gado exercia uma função subsidiária diante da economia propriamente colonial, do açúcar e do café. Por isso, por mais poderosos que fossem os chefes locais no plano regional, eles, como camada social, não foram capazes de exercer, no plano nacional, a influência necessária para contrapor às adversidades eventuais do mercado uma política econômica suficientemente vigorosa para permitir a acumulação contínua de riqueza no plano local, ainda que à custa dos demais consumidores e produtores nacionais. Por outro lado, as peculiaridades já apontadas da situação do Rio Grande como Província de fronteira intensificavam o interesse e a influência do Poder Central na vida político-econômica da região, diminuindo, ainda mais, as possibilidades de a camada dominante local impor de forma autônoma seus interesses.

Em segundo lugar, serão discutidas neste capítulo as condições da produção escravocrata e os limites impostos à expansão econômica capitalista pela escravidão. A situação específica da economia do charque no mercado internacional permite a discussão das possibilidades de desenvolvimento capitalista da sociedade escravista, mostrando como a escravidão foi, num primeiro momento, o recurso possível para a exploração mercantil numa região de terras abundantes e escassez de mão-de-obra, e, no momento seguinte, se transformou num obstáculo à generalização do sistema mercantil de produção capitalis-

ta. Através da análise serão postas em evidência as bases sociais da produção mercantil escravocrata, apanhando-se as contradições inerentes a esse tipo de produção e os mecanismos e componentes que integram a produção escravocrata vista como um sistema social.

1. Economia e Política

As bases da dominação senhorial no Rio Grande, como vimos no capítulo I, prendiam-se fundamentalmente à economia do gado: à criação e à exportação de couros e do charque. O estancieiro e o charqueador representam tipicamente o senhor gaúcho na dupla acepção de proprietários de escravos e de chefes de parentelas poderosas. No período do apogeu da dominação senhorial os chefes de clãs, como diria Oliveira Vianna, somavam já uma influência decisiva na estrutura político-administrativa da Província. Contudo, tanto as bases do poderio senhorial eram relativamente precárias, como a dominação por eles exercida sobre o aparelho estatal, por motivos que adiante serão discutidos, nunca foi completa. Isto tornava o equilíbrio econômico da sociedade pastoril gaúcha muito vulnerável, pois os estancieiros e charqueadores viam-se tolhidos dos meios necessários para controlar, na medida de seus interesses, o processo econômico. Resultou dessa conjuntura que a sociedade escravista gaúcha nunca chegou a apresentar a mesma rigidez que marcou a sociedade escravocrata constituída nas áreas da economia açucareira ou cafeeira. Nestas últimas a estabilidade do sistema de exploração econômica e as possibilidades de utilização dos fatores institucionais e políticos para a manutenção do nível de renda gerado pelo setor exportador da economia garantiam a perpetuidade das formas de estratificação social. Por esta razão, a continuidade histórica do sistema de dominação escravista e patrimonial, organizado à base da produção de mercadorias coloniais, permitiu a formação de técnicas de controle e de formas de ajustamento social estáveis e eficazes. Com isso, a distância social que existia entre as posições polares da estrutura da sociedade escravocrata e, com menor nitidez, a distância que existia entre os diversos *status* intermediários da ordem escravista marcavam-se de forma rígida, que se exprimia a partir do próprio rigor da etiqueta.

A dinâmica da sociedade escravocrata gaúcha apresenta características peculiares que a afastam do padrão corrente de regulamentação social vigente nas áreas acima referidas. Nela, houve quase sempre um elemento de instabilidade e de risco que, se não significou a formação de uma sociedade democrática, não deixou de afetar as possibilidades do pleno desenvolvimento da sociedade senhorial escravocrata nos moldes das áreas de povoamento antigo do Brasil. Por um lado, na sociedade escravocrata gaúcha, no conjunto, não houve condições para a formação plena de um estilo senhorial de existência. Este só se desenvolve quando existem possibilidades para a manutenção, através do tempo, das posições economicamente privilegiadas por uma cama-

da social estável. Nestas condições, a superafetação das maneiras, o cultivo do ócio, o refinamento e a tranquilidade senhoriais podem manifestar-se amplamente, recobrando as bases reais da exploração escravocrata. No Sul, ao contrário, as relações de violência necessárias para a manutenção da escravidão e para a definição das posições de prestígio de grupos de senhores entre si afloravam a todo instante, como vimos nos capítulos precedentes, denunciando a ausência de formas mais elaboradas de exercício da dominação senhorial. Por outro lado, a inexistência de camadas senhoriais estáveis era, ao mesmo tempo, causa e consequência de uma série de desequilíbrios que se manifestavam no plano econômico.

Com efeito, a economia pastoril gaúcha esteve sujeita sempre a flutuações mais ou menos bruscas, cujo ritmo, até certo ponto, escapava de suas condições internas. A documentação disponível mostra que os anos de prosperidade intercalavam-se com períodos de retração e que essas flutuações se deviam antes às condições do mercado nacional e platino do que à dinâmica do pastoreio e da preparação do charque. Assim, as guerras no Prata ou a política de tributação dos poderes centrais influíam de forma imediata sobre a prosperidade riograndense. Basta cotejar as informações de relatórios sucessivos dos presidentes da Província para que se verifique o acerto dessa afirmação. Em 1849, por exemplo, Soares de Andrea dizia: "Além da falta real de gado que sofre esta Província, e por consequência tem diminuído, e continuará a diminuir a exportação de charque, e dos couros, tem sido este mal augmentado pela prohibição que por muito tempo existe, de passarem gados do Estado Oriental para este lado" (1). Alguns anos depois, Sinimbu reafirmava a crise da economia do gado em termos não menos peremptórios: "Há factos sociais que só por outros podem ser destruidos. Em quanto o excesso dessa população, que ficando desempregada pela diminuição do gado, não procurar em nova industria util emprego ao tempo que hoje consome em vagamundear, em quanto os fazendeiros não forem mais providentes e cautelosos, dispensando os favores da hospitalidade e proteção somente com pessoas conhecidas, morigeradas, e dadas ao trabalho, em quanto os benefícios da paz não se dilatam por anos para que, corrigindo os instinctos guerreiros, imprimão novos habitos e tornem mais amenos os costumes das classes pouco illustradas, não poderemos attingir aquelle estado que outras sociedades melhormente organizadas e já avançadas na senda da civilização ainda não poderão conseguir" (2).

(1) Soares Andrea, *op. cit.*, pág. 10.

(2) "Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa desta Província no dia 6 de outubro do corrente anno pelo Exmo. Sr. Presidente João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu", in *Tribuna Rio-Grandense*, ano I, nº 1, 12-10-1853, pág. 3.

É fácil compreender que não possuía bases sólidas uma sociedade rural cuja economia dependia da impossibilidade de concorrentes seus de países estrangeiros lançarem-se e competirem no mercado. Ademais, as guerras a que a fronteira esteve exposta durante o século dezanove, bem como as revoluções, não deixaram de afetar a organização econômica da produção e, conseqüentemente, a posição econômica e o sistema de liderança dos chefes de parentela. Por essa mesma razão, o caudilho gaúcho não poderia ser prudente e cauteloso a ponto de restringir sua hospitalidade e proteção às pessoas morigeradas e trabalhadoras. Ao contrário, ao núcleo da família poderosa do sul somava-se, ao lado dos escravos e peões, toda uma gama de pessoas da "classe pouco ilustrada" que vagamundeava pelos campos. Essa era a forma definida de existir socialmente dos agentes sociais que escapavam às posições polares do sistema escravocrata: não eram senhores nem escravos, constituíam-se como uma espécie de exército de reserva, pronto para servir os interesses senhoriais. Por isso, as famílias pobres que andavam errantes (cf. Soares de Andrea) não constituíram propriamente uma excrescência do sistema social, mas nele se inscreviam regularmente.

Por outro lado, as flutuações a que estava sujeita a economia gaúcha não deveriam afetar diretamente o nível de vida da imensa maioria da população rural, e mesmo das populações urbanas, pois, de uma parte, a produção do charque e a criação de gado eram relativamente constantes⁽³⁾, ocupando e permitindo a alimentação da escravaria, e, por outra parte, o padrão de vida do restante da população rural tendia para o nível da mera subsistência, independentemente, em larga margem, da produção mercantil. Dessa forma as flutuações a que estava sujeita a economia gaúcha refletiam-se diretamente apenas sobre a camada senhorial, cuja possibilidade de manutenção de um dado *standard* de vida e de fruição do poder ligava-se imediata ou remotamente com a situação do mercado. Porém, como se viu nos capítulos II e III, indiretamente, a conjuntura afetava também a população servil, senão quanto à posição na estrutura social ou quanto às possibilidades de usufruir as condições de existência, ao menos quanto à "atmosfera moral" que envolvia os escravos. De fato, parece inegável que o aspecto de rusticidade e incerteza na qual estava imerso o mundo escravocrata senhorial gaúcho acabou por influir nos modos de convivência típicos entre senhores e escravos, como vimos no capítulo anterior.

A camada senhorial desenvolveu formas de consciência social pelas quais pôde reconhecer parcialmente a situação particular da economia gaúcha e fazer sua crítica. Gonçalves Chaves já havia percebido, em grande parte, até que ponto a economia rio-grandense concorria

(3) As causas reais dessa estabilidade aparente serão explicadas na decorrer do presente capítulo.

em bases mais acanhadas com o mercado platino. A própria forma de tributação no Rio Grande era pré-capitalista, através do "quinto" pago *in natura* e dos "dízimos". Contra esse tipo de impostos Chaves escrevia: "O Quinto deve ser substituído provisoriamente por hum cruzado por couro, e ser pago a dinheiro a 3 e 6 mezes na Alfandega na forma da Ley: o Dízimo a trinta réis por praça (que se entende arrôba, alqueire e couro) e ainda assim há de render mais 25 por % do que rendia o Contracto. Quanto aos direitos de 600 por arroba de carne já traz dicemos, e o repetimos, se he preciso, que devem ser absolutamente abolidos" (4).

Ao sistema de tributação herdado do período colonial atribuíam-se a causa de todos os males da economia gaúcha. A crítica, como seria de esperar, concentrava-se sobre os tributos que impediam a livre circulação do gado pela fronteira e sobre os direitos de exportação. Assim, Gonçalves Chaves, liberal ortodoxo, tornou-se o porta-voz dos interesses ligados à mercantilização da economia gaúcha e, *ipso facto*, dos que desejavam pô-la em condições de competir com os produtos platinos: "Todos os nossos Negociantes sabem que em Montevideo, e nos Portos da União paga cada couro 252 réis e cada quinto de sebo de cem libras 340 réis e couros de cavallo a 69 1/4 réis por couro. Tudo mais he absolutamente livre. Quem comparar os nossos Direitos com os daquelles Portos, verá facilmente, que a não se modificarem nossos Direitos de Exportação, de nada nos poderão valer nossas commodidades do interior: ellas terão de ceder a má qualidade de nossa Barra, e ao favor que alli se goza nos Direitos: o Commercio do Rio Grande desaparecerá, e com elle a sua prosperidade, e hirá plantar-se no Rio da Prata" (5).

A análise cuidadosa desses e de outros documentos permite que se amplie o conhecimento dos processos que operavam na economia e na sociedade gaúchas durante o século dezanove e que se compreenda tanto o quadro de referência mais amplo a partir do qual definiam-se as posições de senhor e de escravo no Rio Grande do Sul como o mecanismo de percepção social do papel do escravo desenvolvido pelos senhores e as perspectivas de ação que formavam o horizonte da camada dos estancieiros e charqueadores. Com efeito, Gonçalves Chaves expressava na década de 1820 o que viria a ser o *leitmotiv* da argu-

(4) Gonçalves Chaves, *op. cit.*, pág. 178.

(5) Gonçalves Chaves, *op. cit.*, pág. 178. Na mesma página, no parágrafo subsequente, continua Chaves: "Acima dissemos que estes regulamentos, ou modificações de Direitos, devem ser privisorios, e isto fundando-nos em que nosso Systema de impostos deve ser calculado, em forma que esta Provincia comprada com Buenos Ayres, não pague mais impostos nas sahidias dos generos de Exportação semelhantes aos daquele Estado, do que o que alli se pagarem. Este ponto deve estar sempre presente aos nossos Legisladores; porque tal pode ser a diferença em impostos, que faça transplantar em pouco tempo todo o nosso Commercio para aquelle Estado" (...)

mentação dos criadores, charqueadores e exportadores depois de 1850: a economia gaúcha era instável porque não podia concorrer com a produção platina. A consciência das causas reais da instabilidade econômica do sul era naturalmente limitada e parcial. Porém, com essas ressalvas, refletia realmente as modificações ocorridas no processo econômico de produção: o charque, na medida em que se tornou uma mercadoria, e adquiriu importância no mercado exportador, desencadeou uma série de processos correlatos que, numa palavra, tendiam para a constituição de uma economia capitalista. O livre-cambismo de Gonçalves Chaves exprimia, no plano ideológico, o início desse processo.

A situação criada pela economia do charque foi, de fato, *sui generis* no quadro do desenvolvimento econômico brasileiro do século dezenove. Está claro que o processo mencionado acima de formação do capitalismo era, naquela época, muito incompleto. As formulações do charqueador e exportador português (6) correspondiam mais às suas preferências pelo liberalismo e às informações que possuía sobre a economia liberal do que às reais necessidades da economia gaúcha. Não obstante, a concorrência platina instigava, de fato, a mercantilização da economia do charque, obrigando-a a tender para os moldes capitalistas de produção ou a desaparecer. Ora, a produção tipicamente colonial (como a do açúcar ou do café) fundava-se na exclusividade de um produto tropical no comércio internacional, garantida tanto por condições naturais mais favoráveis ao produto quanto pela disponibilidade de mão-de-obra abundante e barata. É certo que o açúcar brasileiro sofreu a concorrência das Antilhas e que o progresso técnico das Ilhas foi decisivo para o êxito do produto daquela região diante da mercadoria brasileira. Mas, de qualquer forma, tanto numa como noutra área, as economias eram tipicamente coloniais, enquanto a concorrência entre "saladeros" e "charqueadas" significava a luta entre duas formas diversas de produção econômica: uma mais presa à situação colonial e escravocrata, outra mais ligada à produção capitalista.

No decorrer do século dezenove esta característica da concorrência entre os dois mercados acentuou-se progressivamente e, ao mesmo tempo, pôde cair parcialmente no nível de consciência social dos produtores brasileiros. Pouco a pouco o livre-cambismo de Chaves substituiu-se por uma ideologia de compromisso entre as possibilidades apresentadas pelas condições sociais da produção gaúcha e a necessidade de competir em bases realmente vantajosas no mercado. Esta ati-

(6) Chaves foi o que se poderia considerar na linguagem de hoje um homem de negócios progressista. Além de possuir modelar charqueada, desenvolveu a navegação e procurou, por todos os meios, incentivar a diferenciação e a prosperidade da economia gaúcha.

tude se acha expressa, por exemplo, numa análise publicada anonimamente em *O Pelotense* de 3-3-1855 sob o título "A Actualidade e o Futuro do Rio Grande do Sul", em que se descreve sombriamente a economia gaúcha: "O commercio e com elle os outros ramos da industria definham todos os dias, fallece o trabalho, escôa-se a população, o numerario desaparece, diminuem as rendas publicas, e as fortunas particulares soffrem progressivo e consideravel desfalque, decrescendo de valor as propriedades de raiz, a ponto de tornar-se quase nominal". Para o autor as causas de "tão grandes males" eram facilmente discerníveis: "Ninguém ignora que duas são as causas principais - a concorrência dos Estados vizinhos no unico importante ramo de nossa industria - o xarque, - e o escandaloso contrabando de importação, que pela fronteira se faz, de toda a qualidade de generos e de qualquer volume".

A concorrência ruínosa para os estabelecimentos brasileiros fazia-se apesar do imposto de 25% pago pelo charque importado que "a experiencia tem mostrado não ser sufficientemente protector, porque não equivalle ao excesso de preço do gado n'esta provincia, assim como do sal, em consequencia do tributo que sobre elle pesa". Por isso o articulista achava indispensável não o livre-câmbio, mas a proteção dos charqueadores gaúchos para que pudessem concorrer em bases iguais com os produtores do Prata (7). Por outro lado, o imposto sobre a importação das outras mercadorias parecia excessivo aos charqueadores gaúchos, que a isso atribuíam o contrabando desenfreado: "Ninguém ignora que a origem do mesmo está não só na modicidade dos direitos que pagam os generos de importação nos Estados limitrophes, mas ainda na sua classificação, de maneira que se em consequencia da differença dos impostos, podem os generos ali importados vender-se por menos 20 por cento do que n'esta provincia, a sua favoravel classificação dá lugar a um abatimento igual au quasi igual, resultando extraordinaria vantagem ao contrabandista, e assim um forte estimulo, que só medidas adequadas pôdem vedar". A solução para a crise seria, pois, óbvia, uma vez que o A. não acreditava no controle alfandegário da fronteira: "os meios indirectos, a organização de tarifas especiais e a uniformidade dos direitos de importação com os que pagam as mercadorias em Montevidéo, é a providencia salvadora a tomar".

Em lugar do liberalismo conseqüente, mas possivelmente inócuo, de Gonçalves Chaves os exportadores e charqueadores de meados do século preferiam uma política que, apesar de contraditória (menos im-

(7) O autor procura mostrar que os consumidores não perderiam, pois não se desejava o monopólio e a subseqüente alta dos preços, e sim condições favoráveis para concorrência, como exporei mais adiante.

postos nas mercadorias em geral importadas diretamente pela Província, mais impostos com relação ao charque platino), possuía a marca de "sadio realismo econômico" que sempre distingue as camadas conservadoras ávidas por manter as posições de privilégio. Em face dessa posição, contudo, manifestavam-se outros interesses que lhe eram contrários. Efetivamente, os comentários de *O Pelotense* mereceram resposta do *Correio do Brasil*, da Corte (8), na qual este jornal, colocando-se do ponto de vista dos demais produtores brasileiros, que consumiam charque para seus escravos, faz a crítica da posição d'*O Pelotense*, percebendo claramente a contradição das medidas propostas por este último: "Tem razão *O Pelotense* em pedir a diminuição do imposto que pagam os generos de consumo da provincia, e mui justas são as considerações que faz acerca dos desastrosos resultados que pode produzir a continuação de escandaloso contrabando que existe actualmente. Admira, porém, que *O Pelotense*, que com tanta sagacidade determinou todos os efeitos que para bem da provincia se podem seguir da diminuição do imposto que pagam todos os generos do consumo, se esquecesse de que pouco antes mostrara as vantagens do augmento do imposto sobre um producto especial. A modicidade dos direitos, produzindo a barateza dos productos, augmenta consideravelmente o consumo: é *O Pelotense* que o diz, e é isso incontestavel; sendo assim como não vê que o consumo do xarque (estrangeiro e nacional como já mostramos), tomaria grande desenvolvimento no paiz em beneficio de todos, se o consumidor pudesse ter esse producto por menor preço do que tem hoje?" (9).

Transparece na argumentação a diversidade da situação de interesses. Em nome do "consumidor nacional", isto é, do plantador de cana ou de café que precisava alimentar a escravaria, o jornal do Rio mostra a inconsistência lógica e o desacerto em termos dos "interesses nacionais" da posição tomada pelo jornal gaúcho. Este, não obstante, como ressalta uma vez mais na tréplica (10), traduzia, com toda a inconseqüência da argumentação, um ponto de vista que refletia, de facto, a situação e as possibilidades de melhora do mercado gaúcho (11).

(8) As citações que faço adiante foram transcritas em *O Pelotense* de 21-5-1855 do artigo publicado pelo *Correio do Brasil* de 5-4-1855, assinado por M.O.F. A resposta deste último deveu-se à reprodução no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro do trabalho aparecido em *O Pelotense* de 5-3-1855.

(9) *O Pelotense*, 21-5-1855, pág. 3.

(10) "A actualidade e o futuro do Rio Grande do Sul (II)", *O Pelotense*, 24-5-1855, págs. 1 e 2.

(11) *O Pelotense* procura mostrar na tréplica que a suposição do *Correio do Brasil* de que o aumento do imposto sobre o charque platino redundaria em maior preço a ser pago pelo "consumidor nacional" era falsa: "E com effeito não pretendemos a exclusão do charque estrangeiro, mas que se eleve o respectivo imposto de maneira que equilibre

Contudo, para a análise em curso, a argumentação que melhor desvendava as condições reais da produção gaúcha encontra-se na resposta do *Correio do Brasil*. A solução das dificuldades vividas pela economia do charque talvez pudesse ser tentada, como desejavam os charqueadores e exportadores, através de manipulações tributárias. Para isso, seria necessário apenas que estes segmentos da população gaúcha pudessem enfrentar os interesses de outros grupos econômicos do país e tivessem acesso aos círculos de poder que controlavam a política tributária. Entretanto, a causa do desequilíbrio da economia do charque estava realmente, como apontou o *Correio*, na diversidade das condições de produção entre o Rio Grande do Sul e os países platinos: "o illustrado autor do artigo (de *O Pelotense*) confessa que (em virtude de circunstâncias que não cabe aqui examinar) os gastos de produção do xarque estrangeiro são menores que os do xarque riograndense, tanto assim que, para equilibrar as condições de venda dos productos, pede elle um augmento de imposto sobre o xarque estrangeiro e a differença é tal, que já não basta a protecção de 25 por cento da tarifa actual: o que aconteceria pois se, conforme os desejos do *Pelotense*, viesse ainda a augmentar esse imposto?" (12).

Conseqüentemente liberal e, com seu liberalismo, porta-voz mais conseqüente ainda dos interesses das "províncias do Norte", o *Correio* defende, por isso mesmo, as virtudes da concorrência estrangeira e, outra vez, mostra que os curtumes gaúchos produziam em condições

a condição do productor brasileiro, neutralizando as vantagens que na venda tem o productor estrangeiro, em consequencia dos menores gastos de produção.

"Opina o habil escriptor do *Correio*, que não será este o único resultado da elevação dos direitos, porque só affectando elles o preço da venda, seria o consumidor nacional obrigado a comprar por mais o que pode obter por menos.

"Semelhante objecção, assás procedente, quando o imposto recai sobre a mercadoria em geral qualquer que seja o productor, perde toda a força na hypothese que nos occupa, de affectar o producto estrangeiro em beneficio do nacional que não pôde competir com elle, por que o accrescimento do imposto n'este caso apenas diminui o lucro que até então tinha o estrangeiro, vendendo o seu genero pelo mesmo preço ou pouco menor que o do nacional, não obstante a differença dos gastos de produção." *O Pelotense*, 24-5-1855, pág. 1.

(12) *O Pelotense*, 21-5-1855, pág. 2. A seguir o *Correio do Brasil* afirma que o grande prejudicado com isso seria o "consumidor nacional", obrigado a obter por maior preço o que poderia comprar com menor dispêndio. Esta parte da argumentação é que foi refutada na tréplica transcrita na nota acima. Ainda na tréplica, *O Pelotense* argumenta com o que aconteceu nos períodos excepcionais de guerra, quando o preço do charque não subiu excessivamente: "Para corroborar a nossa opinião firmada em principios que julgamos incontroversos, memoramos o facto de não ter havido alteração no preço d'este genero durante os bloqueios de Montevideo e Buenos Ayres, quadras em que, affluindo d'ahi os gados, foi somente importado por esta provincia nos portos consumidores. Accrescentamos que, se a elevação do imposto custasse algum pequeno sacrificio às tres provincias importadoras, teriam ellas sobejo compensação no maior consumo dos seus productos em virtude do desenvolvimento da população e riqueza do Rio Grande", *O Pelotense*, 24-5-1855, pág. 2.

econômicas realmente desvantajosas em face dos concorrentes platinos: "Não havendo um imposto que exclua a industria estrangeira os capitaes brasileiros não podendo empregar-se na industria do xarque, irão tomando outra direcção mais vantajosa para os capitalistas e para todo o paiz, ou então o interesse fará com que se descubram novos processos de fabricação, e novos meios de diminuir os gastos de produção da mesma industria, que, levantando-se de novo mais poderosa, poderá com vantagem competir com a dos Estados vizinhos" (13).

Na polêmica entre os dois jornais transparece, de fato, toda a trama de interesses contraditórios a que esteve sujeita a economia do charque e se desvendam os motivos pelos quais a instabilidade econômica impediu a formação de uma economia poderosa e estável. Por um lado, o charque gaúcho tinha maior custo de produção que o charque platino. Por outro, os charqueadores e exportadores não possuíam as condições políticas necessárias para impor de forma duradoura soluções capazes de garantir sua prosperidade através da manipulação do poder em benefício da criação de uma situação de privilégio. A imputação causal seria, nesse caso, falaciosa. De fato, por um lado, melhores condições de produção poderiam favorecer a criação de uma situação de mercado mais satisfatória, capaz de permitir lucros estáveis. Com isso, fortalecer-se-ia o poder e o prestígio da camada senhorial. Por outro lado, se por qualquer motivo tivesse sido possível à camada senhorial gaúcha o acesso aos níveis de poder capazes de permitir a manipulação dos instrumentos fiscais e dos mecanismos de pressão política que interferem na vida econômica, o efeito seria semelhante: obter-se-iam condições mais propícias para o comércio do charque e, com isso, assegurar-se-ia o prestígio dos charqueadores.

Na realidade tanto uma como outra possibilidade efetivaram-se em épocas diversas, além de que, como viu-se no capítulo I, a instabilidade política da região do Prata contribuiu também, intermitentemente, para garantir o êxito temporário da economia gaúcha. Entretanto, perturbando esse processo, havia contradições na esfera do poder que, em última análise, se resultavam da base econômica acanhada que sustentava o comércio do charque, não deixaram de impedir decisivamente a expansão dessa economia. Refiro-me à situação implícita na argumentação de *O Pelotense* e do *Correio do Brasil*: "Concedamos, porém, em contraposição aos nossos raciocínios, que as provincias do Norte tivessem de pagar um pouco mais caro esse producto de nossa industria, cremos firmemente que tão diminuto sacrificio não deveria parecer oneroso, em favor de uma provincia coirmam, e teriam exuberante compensação no mais avultado consumo dos productos d'aquellas, proveniente do augmento de riqueza e população d'esta", dizia *O Pelotense*, acrescentando no parágrafo seguinte: "O Rio-Grande

(13) *O Pelotense*, 21-5-1855, págs. 2-3.

do Sul tem inauferevel direito de reclamar protecção à sua industria, assim como os outros membros do imperio, que já teriam sido attendidos, e com rasão, se os seus productos soffressem a concurrencia de similares importados do estrangeiro. Acresce que a aventura e prosperidade de uma nação depende de iguais condições de todas as partes que a compõem, e será menos rica e feliz na razão directã da pobreza e miseria de algumas d'ellas. O que se pede, beneficiando a provincia, em nada prejudica o Brasil, devemos pois aguardar benigno acolhimento" (14). A argumentos desse tipo respondia o *Correio do Brasil* com a tranquillidade de quem fala em nome dos "interesses nacionais", isto é, em nome dos que, efetivamente, controlavam o poder e, por isto mesmo, podiam impor seu ponto de vista ao país: "O Rio Grande, para poder concorrer com os Estados co-productores do xarque precisa de um augmento nos direitos de importação, as outras provincias, productoras, por exemplo, de assucar e café, precisam de que o primeiro genero da alimentação dos trabalhadores das fazendas, que é o xarque, materia prima da força physica, seja o mais barato possivel, para que se augmente o consumo d'esses productos no interior do paiz, e para poderem tambem ellas concorrer com os Estados co-productores nos mercados estrangeiros" (15).

A questão se resumia, em última análise, à dominação exercida pelas "Provincias do Norte", isto é, pelos produtores de açúcar e café, sobre o resto do país e, particularmente sobre o Rio Grande, isto é, sobre os charqueadores. As reivindicações destes não se transformavam em resoluções e leis emanadas dos Poderes Centrais. Esta situação criava tensões violentas a ponto de transformarem-se, ocasionalmente, em conflitos abertos de interesses, quando não, na situação mais crítica das relações entre o Poder Central e a Província, no caso da revolta dos Farrapos, em luta armada. Efetivamente, a compreensão do processo revolucionário dos Farrapos só se faz plenamente quando são explicitadas as causas das tensões acima mencionadas, isto é, quando se consideram os interesses dos charqueadores, contrariados permanentemente pela Coroa. A própria ata de declaração da República Rio-Grandense indica expressamente que os farrapos assim agiam contra a "Prepotência do Rio-de-Janeiro, que por tantas vezes tem destruido seus filhos, ora deprimindo sua honra, ora derramando seu sangue e finalmente desfalcando-o de suas rendas públicas". A consciência da situação desenvolveu-se no plano político, assumindo a aparência de uma luta contra o "poder absoluto" da Corte, a favor do princípio federativo e republicano. Não obstante, os motivos reais jogaram as cartas decisivas: "O imposto que existe actualmente de 25

(14) "A Actualidade e o Futuro do Rio Grande do Sul", *O Pelotense*, 5-3-1855, pág. 1.

(15) *O Pelotense*, 21-5-1855, pág. 1.

por cento sobre o xarque estrangeiro, foi proposto, se não nos enganamos, no parlamento por um representante da província do Rio Grande, hoje senador do imperio, para satisfazer as reclamações dos productores de xarque como um meio efficaz de acabar com a guerra fratricida que então assolava essa província; votou-se o imposto e a guerra continuou; restabeleceu-se a paz, e o imposto subsiste, e a industria do Rio Grande acha hoje que essa protecção ainda não é bastante. Tanto é verdade que no caminho da protecção não ha paradeiro" (16). Este texto mostra bem até que ponto as reivindicações dos exportadores gaúchos eram frustradas pela "prepotência" da política central. Foi necessário uma revolução para conseguir o imposto dos 25%, que, entretanto, era insuficiente. Cessada a revolução, não deixaram de persistir as causas de tensão entre os interesses "da Nação" e dos exportadores sulinos.

A 2 de abril de 1846 a Assembléa Legislativa da Província do Rio Grande do Sul (17) dirigia uma representação aos "Augustos e Dignísimos Senhores Representantes da Nação", na qual protestava contra as taxas excessivas que pesavam sobre os ouros para a exportação e sobre o sal para importação. Dos altos impostos, no entender da Assembléa Provincial, resultava "não poderem os couros do gado vacuum d'esta Província entrar em concorrência no mercado estrangeiro com os dos Estados vizinhos do Sul do Imperio, onde menos gravados de impostos, podem estes, sem prejuizo dos productores, ser vendido por muito menos preço, do que aquelle, por que são obrigados os Estancieros, e Charqueadores Nacionais, para não perderem, a vender os de seus gados". E resultava, de outra parte, que o tratamento do couro era mais custoso, pois todo sal utilizado neste mister era importado do estrangeiro, dado que o nacional, sendo inferior, "serve sòmente para o uso doméstico das cozinhas, e para a alimentação do gado nos muito poucos, quasi raros lugares da Província, onde os pastos não teem a sufficiente força alimentaria: nenhum uso se faz d'elle nas fabricas, nem mesmo para salgar o couro".

As tensões econômicas e políticas acima indicadas são muito ilustrativas para a explicação do sistema de poder no Brasil imperial e suas conseqüências no plano econômico. Pelo menos no caso do Rio Grande do Sul a idéia vulgar de que sobre o chefe-local estruturava-se a pirâmide do poder, cujo ápice (o aparelho Estatal Central) meramente refletia o equilíbrio ou as tensões da base, parece ser insuficiente para explicar a dinâmica da política de facções e da política econômica

(16) Réplica do *Correio do Brasil*, já citada, pág. 3. Compreende-se que a guerra dos Farrapos não tenha cessado com a aprovação da lei: o processo revolucionário embora instigado pelas condições econômicas desfavoráveis não se resumia nelas.

(17) Cf. Manuscritos da Biblioteca da Assembleia Legislativa, Livro de Registro de Leis, Decretos e Representações (1846), fls. 29.

imperial. Ao contrário, no Rio Grande, os interesses locais viam-se freqüentemente contrariados. Os presidentes da Província, delegados do Poder Central, recrutados em geral na "burocracia política" (18) imperial e, por isso mesmo, relativamente desvinculados dos interesses dos estancieros e charqueadores, tornavam-se agentes dos interesses da política geral contra as reivindicações locais. Nem de outra maneira se pode interpretar, por exemplo, a política proposta pelo Presidente Soares de Andrea com relação à grande propriedade rural (19). É mesmo sabido que a função precípua dos presidentes da Província era organizar e ganhar as eleições e que, portanto, seus interesses imediatos vinculavam-se ao Rio de Janeiro e não à clientela local, pois essa era facilmente controlada, em termos eleitorais, graças à burla organizada. Por outro lado, no Rio Grande do Sul tanto o poder efetivo dos Presidentes da Província como seu comportamento, estranho aos interesses locais, encontraram condições que os acentuaram, por tratar-se de uma Província de fronteira onde a guerra e as tensões internacionais obrigavam ao fortalecimento da autoridade imperial. Isso não significa que os chefes de parentela, estancieros, charqueadores ou exportadores, não possuíssem prestígio e possibilidade de fazer valer, no plano regional, seus interesses. Ao contrário, como se viu no capítulo II, eles exerciam pressão sobre a estrutura organizada de po-

(18) Aparentemente há uma contradição nos termos na expressão "burocracia política". Contudo, a expressão serve para caracterizar a camada de onde, no Império, recrutavam-se os altos funcionários e os que, sem serem propriamente funcionários, passavam a existência exercendo funções públicas, como muitos presidentes de Província "profissionais". Eram políticos, em geral ligados às atividades produtoras dominantes, porém nem sempre eles próprios plantadores ou exportadores, cujas possibilidades de êxito na vida, de prestígio e de obtenção de recursos materiais ligavam-se diretamente à sua escolha para os Gabinetes pelo Imperador, ou para o exercício de altos cargos pelos Gabinetes. O papel da alta burocracia imperial, como camada, ainda não foi bem estudado. No sul a influência "civilizadora" dessa burocracia foi enorme. O papel dos juizes e desembargadores, por exemplo (em geral nordestinos), foi muito grande na difusão de hábitos novos na Província.

(19) Diz Soares de Andrea, à pág. 11 do relatório já citado: "Embora se diga, que essas grandes Fazendas tem de ser divididas pelos futuros herdeiros dos actuaes possuidores; este caso dá-se algumas vezes, mas também se dá o de haver um herdeiro que toma a si as partilhas dos outros a dinheiro, e ainda augmenta os seus campos com outras compras, e assim o remédio pelas sucessões será tardio" (...) "Não proporei que se offenda esse direito de propriedade, quando possuida a legitimo Titulo; mas alguns modos ha de ir destruindo este mal, e mais depressa talvez do que se pode esperar. Eu conheço os seguintes: (...)". Em seguida alinha algumas medidas que permitiriam o desdobraimento das propriedades, sendo as principais as seguintes:

- a) obrigar medição das terras à custa dos fazendeiros;
- b) comprar com dez a vinte contos por ano terras para serem loteadas e depois vendidas ou aforadas;
- c) tornar a Fazenda Provincial, quando tivesse que receber "sello de Heranças e Legados", co-herdeira na distribuição dos campos, que seriam, por sua vez, vendidos e aforados.

der na Província, revestiam-se de indisputada autoridade nos seus domínios e garantiam para si, como camada local dominante, situações de privilégio que redundavam em enriquecimento. Entretanto, nas grandes questões, naquelas que envolviam os “interesses nacionais”, encontravam limitações aos seus designios e não podiam ser considerados senão como camada subordinada aos grupos senhoriais das outras áreas do Império, graças sobretudo às manipulações de que estes últimos eram capazes com relação ao Poder Central, mormente no que diz respeito à tributação. A Revolução Farrroupilha dá bem a idéia de tudo isso: só uma camada senhorial relativamente poderosa poderia ter resistido durante tantos anos sem prejuízos decisivos para sua economia. Contudo, vencidos os farrapos, em praticamente nada se alterou o equilíbrio real de interesses entre os estancieiros e os fazendeiros “do norte”. Esses continuaram a impor sua política ao Rio Grande do Sul.

O depoimento de Antônio Manoel Corrêa da Câmara, calcado nas declarações feitas diretamente por charqueadores, mostra que em praticamente nada se alterou a situação depois de normalizadas as relações políticas entre o Império e a Província: desejava-se a redução dos direitos sobre os couros de 15 para 5% e, quanto ao sal, pedia-se a redução de 240 para 50 réis por alqueire. A única modificação sensível parece ter sido quanto ao consenso, então alcançado, de que o Rio Grande do Sul enfrentava uma situação espoliativa nas suas relações com o “Norte”: “Como quer que o entendão os legisladores do Brasil, qualquer que seja a opposição que fação à redução de taes direitos os interessados do Norte, cumpre que uns e outros não ignorem que a falta dessa redução trará com sigo (passados os primeiros 6 annos que tenham de paz nossos vizinhos), o gradual progressivo, e crescente aviltamento dos productos pastoris na Província de S. Pedro, o que será acompanhado de geral subversão e transtorno de todas as nossas fortunas, e que teremos por companheiros em tão grande desventura, todas as Provincias irmãs que sustentam de carne beneficiada a sua numerosa escravatura” (20).

De nada valeram, entretanto, as reclamações. Os mesmos problemas que tornavam instável a economia do charque na década de 1840 continuavam à espera de solução e, até certo ponto, viram-se agravados no fim da década de 1850: “A falta de braços tende a quebrantar as forças d’esta industria”, dizia, sobre a situação do charque em 1858, o presidente Silva Ferraz, “a concorrência do estrangeiro lhe é igualmente fatal; e a interna, que crearão as ciscunstancias anormais do Estado vizinho em certo numero de annos, fazendo-a florescer e augmentar, tambem com a cessação d’essa causa até certo ponto a abateo. As

(20) Antônio Manoel Corrêa da Câmara, *Ensaio Statístico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, Typ. do Mercantil, Porto Alegre, 1851, pág. 61.

charqueadas dos municipios do Triumpho e d’esta capital esmorecerão em seus trabalhos pela concorrência das de Pelotas. As que se fundarão no territorio do Estado Oriental e nas margens do Jaguarão, e da lagoa Merim produzirão o mesmo effeito” (21).

As causas tradicionais de instabilidade da economia gaúcha acrescentara-se, pois, a da carência, e conseqüente encarecimento, de braços. Ainda uma vez, eram as Províncias do Norte as responsáveis (e beneficiárias) por essa dificuldade suplementar com que passaram a contar os charqueadores: “Uma parte da População d’esta Província igualmente vai soffrendo desfalque em virtude de sua passagem para as nossas Provincias do Norte. Refiro-me à população escrava” (22), dizia o mesmo Presidente. A evasão tornou-se constante da década de 50 em diante, compensada apenas nos momentos de expansão do fabrico do charque, quando, apesar do preço, era vantajoso importar mais escravos.

Até a dissolução do regime servil persistiram tanto a carência de braços para os charqueadores como, agravadas, as dificuldades de exportação dos couros e do charque diante da concorrência platina. Assim, em 1864, dizia Barros Pimentel: “Exclusivamente preparado para o consumo interno, o xarque da província encontra numerosa concorrência do artigo similar que os Estados vizinhos exportão em grande quantidade para os mercados do norte do Império” (23). Pimentel atri-

(21) *Relatório Souza Ferraz*, 1858, pág. 39. Cabe indicar que a situação parecera pior dez anos antes, segundo o mesmo relatório, a tal ponto que experimentados observadores previam o fim dos curtumes, “logo que a paz e a tranquillidade reinasse por 6 annos no Estado vizinho” (pág. 40). Entretanto, nada disso aconteceu pois houve a guerra civil, donde abundância e barateza no preço dos gados, concomitantemente com ausência de concorrentes para o charque. Cessada a guerra civil no Prata (1848-51), a economia charqueadora gaúcha voltou a apresentar perspectivas sombrias: o volume do charque produzido não decresceu, mas as possibilidades de lucro não eram grandes. O contraste entre um consumo em expansão e lucros em retração vinha já desde antes, como anotou o mesmo Souza Ferraz: “N’essa epocha, não obstante as circunstancias anormaes do paiz vizinho, ou se avaliava em quase nada o lucro dos charqueadores, ou se acreditava nos seus prejuizos, que se estimavão em 2\$203 rs. por rez” (pág. 40). Isto, provavelmente, por causa do nível internacional dos preços, que afetava fortemente as exportações de couro. O processo de desvalorização desses produtos vinha, aliás, de longa data, conforme se verifica em Celso Furtado, *Formação Económica do Brasil*, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1959, pág. 131: “entre 1821-30 e 1841-50 (...) os exportadores (...) de couros e peles mais que dobraram a quantidade para receber um valor em 12% inferior”.

Apesar da conjuntura desfavorável para os charqueadores e exportadores, achava Silva Ferraz que a Província não havia “perdido com esta concorrência (dos platinos) na massa geral de sua riqueza”. Isto porque, tão logo recomeçou a prosperidade no Prata, retomaram vigor as vendas, ou o contrabando, do gado rio-grandense para o sul, o que propiciava lucros aos estancieiros.

(22) Silva Ferraz no mesmo *Relatório* de 1858, à pág. 13.

(23) *Relatório Barros Pimentel*, 1874, pág. 63.

buía aos “serviços e gados” mais baratos do Prata as causas da ruína do charque gaúcho. Em 1872, da mesma forma a Associação Comercial da cidade do Rio Grande, em arrazoado em resposta a officio que lhe fora enviado pelo presidente da Província sobre elevação de impostos, insistia para que o imposto não fosse muito elevado e alegava, como todos os exportadores do passado, que os productos gaúchos achavam-se demasiadamente onerados com tributos, em face da situação dos concorrentes platinos: “Julga a comissão (designada pela Associação Comercial para estudar o assunto) que o imposto por ella indicado é o maximo que póde supportar cada uma das materias tribu-tadas, e para justificar esta asserção fará as observações seguintes: A exportação de productos da provincia já se acha onerada com: 9% de direitos gerais, 3 e 4% (conforme a natureza do productu) de direitos provinciais e 3/4% do imposto da barra de Pelotas, prefazendo tudo 12 3/4% e 14 1/2%”. “Ora, considerando que os nossos productos são, na sua generalidade, similares dos do Estado Oriental, que pagão apenas um direito de sahida de 8%, e considerando ainda que os nos-sos productos como os daquelle Estado se dirigirem todos aos mesmos mercados na Europa e nos Estados-Unidos, são competidores, fica palpavel a posição desvantajosa dos productos da provincia. A comi-são estudou este assumpto com a mais escrupulosa attenção: e se se não tratasse de fornecer elementos para a realização de uma obra de necessidade tão urgente para esta cidade, certamente que rechaçaria qualquer idéia que tivesse por fim aggravar-se mais a posição, já tão critica, do primeiro ramo de commercio da provincia, qual é o da ex-portação” (24).

No plano da política econômica geral do Império, entretanto, as imprecações dos criadores e exportadores foram debalde. As reclamações do fim do século apenas indicam que durante o período imperial a dominação do “Norte” sobre o “Sul”, isto é, da economia exportadora colonial sobre a economia de base escrava que póde organizar-se nos setores dedicados aos productos de consumo interno, impediu que a economia gaúcha aproveitasse os momentos que lhe foram mais favoráveis para consolidar-se. A heteronomia a que se sujeitava o Rio Grande refletia-se, portanto, de forma imediata, sobre as possibilidades que a camada senhorial tinha para lutar por seus interesses econô-micos.

2. A Produção Escrava

A documentação apresentada e analisada na primeira parte deste capítulo demonstra, pois, que as relações de intercâmbio e as condi-

(24) Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul pela Associação Comercial da Cidade do Rio Grande, Porto Alegre, Typographia do “Constitucional”, 1873, págs. 4-5.

ções de concorrência da economia do charque se foram agravando no decorrer do século dezenove, em prejuízo dos produtores gaúchos. Entretanto, as causas apontadas nos documentos da época para explicar esse processo não são suficientes para que se compreendam as dificuldades quase permanentes dos produtores gaúchos. Em geral, fatores secundários no processo econômico assumem papel primordial nas tentativas de explicação que foram empreendidas. Isso significa que as formas de consciência social desenvolvidas pelas camadas dominantes não permitiram que os problemas reais da economia gaúcha caíssem no horizonte de sua crítica. Nem poderia ser de outro modo, pois a percepção mais profunda da situação real obrigaria o desenvolvimen-to de formas de consciência e de crítica impossíveis para os charquea-dores: a instabilidade e a desvantagem quase permanente das condi-ções de concorrência da economia rio-grandense deviam-se à própria forma básica de constituição e organização do trabalho na sociedade escravista. Assim, o conhecimento objetivo da situação, sua crítica e o encaminhamento de soluções levariam à negação das condições que garantiam a situação estamental a que se ligavam criadores, charquea-dores e exportadores. Era, por isso mesmo, socialmente inexecutável. Por este motivo, a consciência desenvolvida foi quase sempre limitada ao plano político, deixando à margem as condições propriamente so-ciais e econômicas. A dominação exercida pelas Províncias do Norte, aos erros da política tributária, às questões de fronteira, inclusive o contrabando, atribuíam-se todos os males e limitações da economia gaúcha. A tal ponto que na revolução dos Farrapos opunham-se princípios e formas de organização do poder contra outros tantos princípios e formas de organização do poder, ficando relegadas ao se-gundo plano quaisquer outras considerações.

Não obstante, se formalmente a consciência assim se desenvolvia, o processo não foi isento de ambigüidades que, em última análise, de-nunciavam já a tendência, não plenamente explorada ou manifesta, existente em alguns grupos para “ver mais claro socialmente”. Não poderia passar inteiramente despercebida a experimentados homens de negócios a inconsistência da argumentação que utilizavam para ex-plicar seus constantes fracassos. A diferença de impostos nas áreas platina e gaúcha, alegada no memorial da Associação Comercial, não era tão grande a ponto de explicar todos os males que lhe eram atribuí-dos. Por outro lado, já os revolucionários de 35-45, em nome dos princípios que defendiam, é verdade, propunham-se à libertação dos escravos, antecipando-se assim, na ação, à própria consciência de seus males. E, mais significativamente ainda, desenvolveu-se no sul a cons-ciência de que só o trabalho livre, propiciado pela imigração, poderia, enfim, transformar realmente a Província numa área próspera e feliz.

Esta grande idéia-salvadora significou a crítica velada, raramente ex-pressa em suas implicações mais diretas, à ordem social escravocrata,

responsável real pelos malogros da economia gaúcha na concorrência com o Prata.

De fato, a análise de Couty não deixa margem para dúvidas sobre esse último ponto. O charque e os couros do Rio Grande não podiam competir, em condições normais do mercado, porque seu custo era maior, como os textos transcritos neste capítulo indicam. O custo de produção, por sua vez, era maior porque o trabalho escravo apresentava menor produtividade⁽²⁵⁾ que o trabalho livre do mercado platino. Couty percebeu claramente que era esse o ponto central da questão: "Se um charqueador de Pelotas abate menos que seu concorrente do Sul, se compra o gado igualmente caro, apesar de ter um mercado direto – uma tablada – se, principalmente, sua produção pouco variável não é capaz de acomodar-se às variações do mercado de venda, se, em consequência, os ganhos realizados são certamente menos consideráveis, é preciso atribuir tudo isso, segundo penso, a uma só e mesma causa: à diferença da mão-de-obra. No Rio da Prata a mão-de-obra é livre, e em Pelotas utilizam-se ainda escravos"⁽²⁶⁾.

A partir desta perspectiva é possível compreender, num nível mais geral e mais profundo de análise, tanto as causas de a impossibilidade da economia gaúcha prosperar continuamente como, o que possui acentuada significação para a explicação da dinâmica da sociedade escravocrata, as contradições internas do sistema escravista de produção e as barreiras insuperáveis que esse tipo de organização do trabalho impunha ao desenvolvimento da técnica de produção e, portanto, à sua própria expansão. Por isso, o sistema escravista estava destinado ao malogro desde o momento em que competia com economias orga-

(25) A relação produto-capital era maior no Rio Grande do que no Prata. No fim do período escravocrata já havia plena consciência da menor produtividade do trabalho escravo: "Porquanto, posto que o trabalho livre seja sempre mais productivo, comtudo em certas circunstâncias o trabalho servil (...)" "Importancia do Trabalho Livre", *A Discussão*, 17-9-1884, pág. 1.

(26) Louis Couty, *op. cit.*, pág. 132. Pela expressão tablada se designava o lugar onde os charqueadores compravam os bois. Como as charqueadas localizavam-se próximas umas das outras em Pelotas, foi possível organizar esse sistema de compra e venda do gado que se efetuava diretamente entre criadores e charqueadores. Herbert Smith, no seu *Do Rio de Janeiro a Cuyabá*, pág. 137, assim descreve a tablada: "Chamava-se assim um descampado extenso e quasi liso, onde de Dezembro a Maio se vendem as manadas que chegam. Algumas trazem quinze dias de viagem. Pode haver aqui ao mesmo tempo umas vinte *datas*, cada uma de centenas de cabeças; rudes gaúchos vestidos com a habitual camisa de chita, ceroulas fofas ou bombachas e ponchos riscados, galopeam em todas as direções, conservando os animaes nos logares impedindo que se mesturem as tropas; (...) Os donos das xarqueadas movem-se rapidamente aqui e alli em bellos cavallos, examinando as tropas, calculando-lhes o valor com rapidez e precisão admiraveis, e fechando os negocios as pressas com os estancieiros e peões. O cercado é sempre ativo, porque a concurrencia é muito forte entre os vinte ou trinta xarqueadores; em geral boiadas inteiras são vendidas pouco tempo depois de chegadas".

nizadas à base do trabalho livre. Deter-me-ei sobre esta análise porque suas conseqüências, segundo penso, transcendem o interesse de explicação das causas da crise da economia pastoril do Rio Grande, para lançar luz na compreensão das possibilidades de constituição e expansão do capitalismo moderno nas sociedades que têm como fundamento o regime escravocrata⁽²⁷⁾.

A economia escravista, por um lado, é uma *economia de desperdício* pela sua própria natureza e, por outro lado, funda-se em requisitos sociais de produção que a tornam *obrigatoriamente* pouco flexível diante das necessidades de inovação na técnica de produção. Noutros termos e sintetizando, a economia escravocrata, por motivos que se inscrevem na própria forma de organização social do trabalho, impõe limites ao processo de racionalização da produção e à calculabilidade econômica. Isto significa que, a partir de um certo limite, a economia escravocrata se apresenta como um obstáculo fundamental para a formação do capitalismo.

Essas características da produção escrava tornam-se patentes quando se cotejam as condições de produção dos charqueadores com os "saladeros" do Prata. O charqueador gaúcho, comprando escravos, comprava força de trabalho que excedia às necessidades da produção. Por isso, a capacidade ociosa de produção de seus estabelecimentos era uma constante. De fato, em setembro, outubro e novembro, fora da época da safra e da preparação dos derivados do gado, enquanto os produtores platinos paravam, os charqueadores continuavam trabalhando, *porque era preciso ocupar os escravos*, tanto por motivos extra-econômicos (para mantê-los ativos e disciplinados) como para aproveitar a força de trabalho em alguma forma de produção que, se não dava grandes lucros, permitia ao charqueador a "ilusão do trabalho". Essa função latente do regime de trabalho constante ocultava à consciência dos senhores as desvantagens do regime de produção sobre o qual erigiam seu prestígio e sua situação de domínio. O ato de compra, como vimos, dissimulava ao senhor as reais condições econômicas da produção escrava: mesmo fora da época das safras, o escravo precisava ser alimentado, vestido e alojado. Custava, portanto, uma certa re-

(27) Utilizo, neste contexto, a expressão "capitalismo moderno" na acepção de Max Weber, *Historia Económica General*, Fondo de Cultura Económica, 2ª ed., México, 1956, págs. 236-238 e 265-266. Também na acepção marxista o capitalismo desenvolvido supõe a produção de mais-valia relativa, processo que encontra na escravidão um limite decisivo, como mostrarei adiante.

Quando noutros contextos utilizo, e continuarei usando, a expressão sistema para-capitalista, pré-capitalista, ou tendências capitalistas no Rio Grande durante o século dezanove, não desejo, em nenhum momento, fazer supor que todas as características do moderno capitalismo pudessem existir naquela região no período considerado por este trabalho.

tribuição diariamente renovada. Essa retribuição, contudo, quando o trabalho escravo aplicava-se às tarefas acessórias, constituía-se, praticamente, num desperdício de capital, pois o produto realizado pelo escravo nessas condições só existia como uma excrescência do mecanismo da produção, como algo que se criava com o fim exclusivo de manter ocupado o escravo ⁽²⁸⁾.

Está claro que isso não quer dizer que o escravo se dedicasse, nesse período, a trabalhos diferentes da atividade principal da charqueada (a salga, a preparação dos couros, das graxas e dos demais subprodutos do gado). Entretanto, ocupava-se com tarefas que poderiam ter sido realizadas na ocasião das safras, *se houvesse incentivos para melhor organizar e controlar o próprio processo de produção*. Entretanto, no sistema escravista, o interesse imediato está na organização e no controle da mão-de-obra como um verdadeiro *faux frais* da produção, isto é, não no sentido de aumentar a produtividade, mas no intuito e com o resultado de manter a *autoridade no trabalho*.

Por outro lado, a continuidade no trabalho é obtida através da violência e da disciplina militar, porque não há nenhum incentivo pessoal e externo ao próprio ato de trabalhar (como o afã de melhor retribuição no caso do trabalhador livre) sobre o qual se possa assentar o trabalho ⁽²⁹⁾. Assim, o trabalho escravo compartilha com o trabalho do operário livre da condição fundamental de trabalho alienado e alienador: não pode tornar-se fonte de satisfação e realização humana. Mas, no regime capitalista, o trabalho livre permite a seleção de uma forma de incentivo à produção, como o salário, que, com tudo o que possui de mistificador, dá a ilusão do trabalho retribuído. Em certas circunstâncias pode mesmo induzir o trabalhador a dedicar-se à sua tarefa para, com mais trabalho, obter maiores salários e, conseqüentemente, maiores possibilidades de adquirir os meios indispensáveis para sua satisfação na vida extrafabril. O trabalho escravo, ao contrário, não permite nenhuma forma semelhante de ajustamento do produtor às condições de produção. Torna-se uma condenação irremissível que só se pode manter graças à coação direta e contínua ⁽³⁰⁾. Ora, essa

(28) Cf. Couty, *op. cit.*, pág. 139. Ver também Couty, Louis, *L'esclavage au Brésil*, Librairie Guillaumin, Paris, 1881, onde a mesma análise é feita com menos pormenores.

(29) "O Escravo, diz hum Economista, consome o mais que pôde, e trabalha o menos que pôde - He esta huma verdade que não precisa ser demonstrada: o Escravo que por modo algum pode esperar premio do seu trabalho, interessa-se em consumir e em não trabalhar. Tal he effectivamente a sua indigencia corporal e espirital, que já mais pôde ter faculdades para dirigir bem o trabalho de que he encarregado; mas ainda quando alguma entidade estranha lhe subministrasse idéias para esse fim, elle não tem interesses por não esperar recompensa, não se aproveita della". Gonçalves Chaves, *op. cit.*, pág. 38.

(30) Os efeitos negativos dessas condições de trabalho foram percebidos na época. Entretanto, que fazer? Tratava-se de um requisito funcional do sistema escravista. A

necessidade de coação direta e contínua reflete-se tanto nas preocupações como nos interesses materiais dos senhores, destorcendo o sentido da produção. Por isso, a organização do trabalho escravo é uma organização contra o trabalho, isto é, contra as possibilidades de intensificar a produção. A energia e os recursos despendidos no regime escravo com a pura manutenção e funcionamento da escravidão pela escravidão impedem o aproveitamento racional das condições de trabalho e tornam o regime escravista um regime de desperdício ⁽³¹⁾.

Também noutra sentido o regime escravista implica o desperdício: constitui-se como uma barreira para o cálculo econômico e para o aproveitamento adequado das condições de mercado. Nem a intensificação da produção, nem sua redução, podem reagir e ajustar-se dinamicamente às condições do mercado. A inversão inicial sob a forma de mão-de-obra, como "capital fixo", era muito grande nas charqueadas e representava uma desvantagem diante do empresário capitalista que só retribui o trabalho já realizado e que não inverte um centavo sequer como capital fixo sob a forma de mão-de-obra. Dessa maneira, qualquer incentivo do mercado que obrigasse a um aumento de produção em nível mais alto do que o já permitido pelos meios de produção dos charqueadores (instalações e escravos), obrigava de início a um grande dispêndio adicional para a compra de novos escravos. Enquanto o escravo foi mercadoria barata, esse fator deve ter sido secundário para o equilíbrio da economia gaúcha. À medida, porém, que a supressão do tráfico e a drenagem de mão-de-obra para as Províncias do Norte foi encarecendo o preço das "peças", cresceu a significação limitativa dessa característica da produção escravista para a economia das charqueadas ⁽³²⁾. Por outro lado, por causa do montante de inversão inicial

título de exemplo da consciência desenvolvida pela opinião média do Rio Grande sobre os efeitos danosos destes aspectos da escravidão, transcrevo um trecho de um artigo, sem assinatura, escrito por um jovem n' *O Pelotense* de 17-9-1852, pág. 1: "porque as oficinas do Brasil não podem competir com as da França, Grã Bretanha etc.? por que ahí os trabalhadores são livres, trabalham com prazer, seus movimentos são espontâneos, expõe a sua existencia para concluirem a tarefa que lhes é imposta, para agradarem a seus amos, e acreditarem-se; assim o trabalho augmenta d'uma maneira extraordinária. Já com as fabricas brasileiras acontece o contrario, porque são servidas com escravos que, considerados verdadeiras bestas de carga, não trabalhando para sí, só trabalham em attenção ao medo dos rigorosos castigos, unico meio que os esquivia da ociosidade".

(31) Couty, cotejando essa situação com o que ocorria no Prata, diz que o saladerista, ao contrário do charqueador, "paga apenas a quantidade de mão-de-obra fornecida", *op. cit.*, pág. 138. Entretanto, a análise de Couty não foi mais explícita sobre este e outros pontos importantes porque ele se limitou a comparar as duas economias quanto à mão-de-obra, não se interessando, como tento fazer neste capítulo, pela discussão das implicações mais gerais da produção escravista.

(32) Couty, à página 142 de seu trabalho, chama expressamente a atenção para a dificuldade que os senhores tinham de encontrar escravos, depois da lei de 1871, para serem treinados nos trabalhos das charqueadas.

sob a forma de mão-de-obra, os charqueadores possuíam estabelecimentos mais modestos que os "saladeiros" (33), o que significa que as grandes intensificações da procura obrigavam, de fato, a novas inversões. Deste ângulo os produtores platinos levavam acentuada vantagem, como bem compreendeu Couty: "O saladeirista do Sul não precisa fazer nenhum adiantamento de fundos para assegurar sua mão-de-obra; e êle está seguro, ao menos atualmente, de encontrar, assim que deseje, trabalhadores treinados; ao contrário, o charqueador necessita comprar muito caro os escravos, e êste capital imobilizado é um fator importante nas regiões onde os juros do dinheiro são elevados. Além disso, êsses escravos desgastam-se, envelhecem e morrem; e, ainda que as operações da salga sejam muito sadias, e não acarretem doenças ou mortalidade especial, há dêste ângulo uma nova e considerável perda" (34).

O único recurso que restava ao charqueador para atender ao aumento da demanda era, quando as condições técnicas do estabelecimento permitiam, intensificar o ritmo de trabalho dos escravos. Entretanto, nesse caso o charqueador defrontava-se com a resistência passiva dos negros, que, não tendo sua sorte ligada ao ritmo de produção que alcançassem (ao contrário dos trabalhadores livres do Prata que eram remunerados por tarefas e pela produção obtida), não sentiam nenhum estímulo para produzir mais: "O escravo não tem, com efeito, nenhum interesse para trabalhar bastante e para ultrapassar a taxa média que lhe é imposta" (35).

Como contrapartida desse processo, também a redução da quantidade de produtos não se podia fazer conforme as previsões e as necessidades do mercado. Diminuindo a procura, a produção não podia diminuir no mesmo ritmo, pois a mão-de-obra escrava não é passível de contração imediata. O saladeirista não só, nos meses da entressafra, dispensava a força de trabalho que não utilizava e que era propriedade do trabalhador, como comprava a quantidade de força de trabalho que havia realmente utilizado para a produção das mercadorias requeridas pela demanda. O charqueador, ao contrário, comprava o escravo e, além disso, retribuía sob a forma de mínimos vitais a força de trabalho disponível do escravo, utilizasse-a ou não. Portanto, também num segundo sentido (36), o aproveitamento da mão-de-obra no regime es-

(33) Cf. Couty, *op. cit.*, pág. 140. A importância relativa da inversão sob a forma de mão-de-obra era maior ainda, pois o equipamento das charqueadas correspondia a níveis técnicos muito precários, utilizando-se máquinas apenas nas *graisseries* (cf. pág. 147).

(34) Couty, *op. cit.*, pág. 138.

(35) Couty, *op. cit.*, pág. 140.

(36) O primeiro sentido já foi referido acima: utilizava-se a mão-de-obra lentamente para ocupar o escravo o tempo todo. A essa forma de desperdício soma-se a segunda, que, por sua vez, intensifica os efeitos negativos sobre o processo produtivo da utilização lenta do escravo.

cravocrata possuía um componente irracional: a produção marcava-se por um ritmo independente, até certo ponto, das solicitações do mercado (37). A característica fundamental da produção capitalista de "produção pela produção", imposta pela dinâmica da acumulação do capital, substituiu-se no regime escravocrata a "produção pela escravidão", ou a "produção da escravidão" como uma norma duplamente irracional. A escravidão constituía-se como um sistema de produção que se pretendia uma forma de exploração absoluta em benefício dos senhores. Mas, nos momentos de crise, revelava sua face contraditória de "produção pela escravidão". Num e noutro caso, mantinha-se como um sistema de trabalho contra o trabalho, no sentido que expliquei acima.

Entretanto, a escravidão se tornou um obstáculo insuperável para o desenvolvimento do capitalismo e um sistema de produção destinado ao insucesso diante da concorrência capitalista, por uma outra razão mais diretamente vinculada à própria forma de organização do trabalho escravo: o sistema escravocrata impedia, no Sul, a intensificação do processo de divisão técnica do trabalho e a especialização profissional. Também por esse motivo o trabalho escravo apresentava índices menores de produtividade que o trabalho livre.

De fato, segundo as informações de Couty, um charqueador com 80 escravos e 10 trabalhadores livres não matava, em média, por dia, senão de 200 a 250 bois, e freqüentemente menos. Um saladeirista possuindo 180 trabalhadores matava e preparava de 600 a 800 animais, isto é, enquanto um escravo preparava 2 a 3 animais por dia, um trabalhador livre preparava de 4 a 5 (38). Isto não obstante a técnica de preparo do boi, em si mesma, ser melhor e mais rápida em Pelotas do que no Prata (39). Para Couty, a explicação desse fenômeno estava em

(37) Quem melhor analisou em termos gerais essas características da economia escrava foi Celso Furtado, *A Economia Brasileira e Formação Econômica do Brasil*, já citados. A análise de Furtado orienta-se no sentido de mostrar o caráter pouco dinâmico da economia escravocrata, uma vez que ela, até certo ponto, pode subsistir independentemente dos estímulos do mercado. Noutros termos, a economia escravista é estável porque se mantém como um fim em si mesma.

(38) Couty, *op. cit.*, pág. 133-4. As boas charqueadas possuíam de 60 a 90 escravos, segundo o mesmo autor.

(39) Couty, *op. cit.*, págs. 133-4. Esta é uma questão curiosa que mostra bem como o custo maior da produção de Pelotas devia-se exclusivamente à escravidão, por causa da impossibilidade de intensificar-se o processo de divisão de trabalho no regime escravocrata. Couty mostra que o custo "material" da produção era menor em Pelotas do que no Prata, e que, não obstante, o produto acabava por custar mais caro. Smith, que conhecia o livro de Couty, assim resume o pensamento deste último sobre a questão: "No que diz respeito a pastos, meios de comunicação, preço da terra, qualidade e valor do gado e despesas para criá-lo, tudo é a favor do Rio Grande do Sul; o custo mate-

que “a superioridade do trabalho livre acusa-se ainda por um outro facto: isto é, pela *divisão maior do trabalho* nos saladeros do Sul” (40).

Gonçalves Chaves, em 1822, apontara já as conseqüências negativas da escravidão sobre a divisão do trabalho e a necessidade da intensificação dessa para a prosperidade das nações: “Nada póde co-operar mais eficazmente para os trabalhos productivos de huma Nação, do que a subdivisão do mesmo trabalho: no Brasil aonde o Alfaiate Escravo se muda para çapateiro, aonde (digo) o Escravo he ao mesmo tempo, lacaio, boleiro, ou carpinteiro, visto que as precisões dos Senhores são absolutas dispensadoras do genio do Escravo, como poderá haver subdivisão do trabalho?” (41). Nas charqueadas, da mesma forma, a escravidão impunha um limite à divisão do trabalho. Enquanto em Pelotas havia apenas carneadores, encarregados de todas as operações que antecedessem à salga, salgadores, para salgar e empilhar, trabalhadores para a secagem e trabalhadores encarregados uns das graxas, outros dos couros, no rio da Prata cada uma dessas operações era completamente subdivida (42). Finalmente, a especialização do

rial, em outros termos, é um pouco menor que em Montevideo e na republica Argentina. Nos últimos estados porém, há mais completa divisão de trabalho nos saladeiros (...), *op. cit.*, págs. 141-2. Noutros termos, o “custo social” da produção brasileira é que era maior.

(40) Couty, *op. cit.*, pág. 135.

(41) Gonçalves Chaves, *op. cit.*, pág. 46.

(42) Couty, *op. cit.*, págs. 135-6. A descrição feita por Dreys, *op. cit.*, págs. 147-150, coincide com as etapas do processo de produção sugeridas por Couty. Convém notar que houve alguns aperfeiçoamentos na técnica de matar o gado e que as charqueadas melhor organizadas de Pelotas passaram a utilizar instrumental mais desenvolvido para abater os animais, em contraposição às verdadeiras caçadas que se fazia no início do século para o mesmo fim. Dreys descreve essa transformação nos seguintes termos: “homens tão esclarecidos como o são em geral os charqueadores do Rio Grande, não podiam deixar de chamar a industria em auxilio de seus trabalhos, tanto para economizarem os braços, como para minorarem quanto possível, não somente o perigo, como também as repugnancias inseparaveis do acto e das consequencias da matança” (*op. cit.*, pág. 148). Por isso a técnica usada para a matança passou a ser a seguinte: “O gado fechado no curral he impellido na direcção de dous corredores separados hum do outro por huma especie de esplanada levantada a 7 ou 8 palmos do solo; hum peão, de pé em cima d'ella, lança no boi que apparece n'esses corredores hum laço cuja extremidade está atada, fóra do recinto, n'um cabrestante posto em movimento por huma roda de *ferreiro* (trinqueta) manejada por dous negros: quando o boi, puxado pelo laço, chega a encontrar-se com a cerca contra a qual a cabeça se acha comprimida, huma pessoa (ordinariamente hum capataz) que o espera exteriormente, introduz-lhe a ponta da faca nas primeiras claviculas cerebraes, d'onde resulta ficar o boi espontaneamente privado de movimento; n'esse estado, hum guindaste, rodando sobre seu eixo, eleva o animal asphyxiado para fóra do curral por cima do cercado, e o transporta para debaixo de hum telheiro, sobre hum lagedo disposto em segmento de esphera aonde se sangra, sem que, graças à disposição bem entendida no lugar, a operação deixe depois quasi vestigios nenhuns”, Dreys, *op. cit.*, págs. 148-9. Essa técnica continuava sendo usada em 1882, quando Smith visitou as charqueadas. No livro desse viajante, já citado, há uma descrição, às págs. 138-40, do processo de preparação do charque e demais subprodutos do boi tal como era feita em Pelotas.

escravo implicaria realmente um contra-senso, uma vez que o trabalho cativo precisa ser um trabalho bruto, para impedir que o escravo se anteponha ao senhor: “o embrutecimento é condição essencial da escravidão, porque todo o saber do escravo é perigoso para o senhor; e como de um trabalho brutal não se podem esperar os melhores resultados, ainda por essa razão pensa-se que o trabalho escravo é pouco produtivo” (43).

Em suma, o trabalho especializado do Prata custava mais caro, no sentido de que os salários envolviam uma retribuição do trabalho relativamente mais elevada que o trabalho escravo do Rio Grande. Porém, considerando-se sua maior produtividade e considerando-se o desperdício obrigatório da força de trabalho na economia escrava, ainda assim era mais vantajoso para o produtor o trabalho livre bem retribuído.

Esses fatores (maior produtividade e menor desperdício) eram, como vimos, correlacionados, e no Rio Grande não se podia aumentar o rendimento do trabalho, isto é, não se podia intensificar o processo de divisão do trabalho, nem tender para a especialização, exatamente porque as condições sociais do trabalho escravo formavam um obstáculo insuperável a esses processos. O empresário capitalista podia organizar a produção de forma a seccionar as operações no processo produtivo, mas isso era impossível no Rio Grande. A razão é simples: sendo a preparação do charque uma atividade sazonal, obrigava o charqueador a organizar o processo produtivo de tal forma que se estendesse por todo o ano, para ocupar o escravo permanentemente. Não estimulava, pois, nenhuma forma de organização mais racional do trabalho. Se numa produção sazonal fossem introduzidas técnicas de produção, como o melhor seccionamento das operações requeridas para o fabrico do charque e demais subprodutos, que garantissem maior rapidez na produção, o escravo permaneceria ocioso a maior parte do tempo. Além disso, se o processo de produção se aperfeiçoasse a ponto de requerer especialistas em certo tipo de operação produtiva, resultaria que a quantidade de tempo ocioso dos escravos-especialistas, pelo menos em alguns tipos de especialidade, seria maior ainda. Com efeito, o tempo requerido para a produção das várias tarefas em que se decompõe o processo de trabalho num ramo desenvolvido de produção é variável. Isto introduz uma complicação muito grande na proporção de profissionais de vários tipos, requeridos para a produção de uma dada mercadoria. Quando se trata de uma economia complexa, organizada à base da mão-de-obra livre, a oferta automaticamente se ajusta, *grosso modo*, a longo prazo, às necessidades do mercado de trabalho. Por outro lado, o problema da ocupação de profissionais altamente especializados se resolve seja por causa do volume

(43) “Importancia do Trabalho Livre”, *A Discussão*, 13-9-1884, pág. 1.

da produção em grande escala, que corrige a desproporção entre a quantidade de trabalho de uma determinada especialidade em face da produção de uma dada fábrica, seja porque o profissional pode vender sua força de trabalho a mais de uma empresa no decorrer de um período definido de tempo. No sistema econômico global, tanto platino como gaúcho, a especialização acentuada do trabalho não se podia resolver dessa forma. Os produtores platinos, contudo, ainda aqui levavam vantagem sobre seus concorrentes gaúchos: a intensificação da divisão do trabalho e da especialização nos saladeiros resultaria, como resultou, na dispensa de mão-de-obra em geral e na utilização parcial durante o ano da mão-de-obra empregada. Porém, como os *saladeros* adquiriam somente a força do trabalho utilizada, a consequência negativa maior desse processo recaía apenas sobre os trabalhadores. Esses, durante parte do ano, voltavam para a campanha, à busca de uma ocupação provisória, em geral pessimamente remunerada, ficando, muitas vezes, parte do ano na ociosidade. Assim, ao saladeirista pouco importava, por exemplo, diminuir o ritmo do abate para 2 ou 3 dias por semana, desde que fosse essa a necessidade de matança, por causa da possibilidade maior que possuía de preparar o charque para as exigências do mercado. Possivelmente os "técnicos" na matança ficariam desocupados 3 ou 2 dias por semana, mas o saladeirista não retribuiria um tostão pelo trabalho não realizado. Já o senhor de escravos não poderia suportar o ônus social que representariam 2 ou 3 dias de ociosidade de seus escravos. Além disso retribuiria todo o tempo, sob a forma de alimentos, vestuários e alojamento, a força de trabalho que não consumira.

Por isso, o senhor de escravos interessava-se antes por ocupar sempre o escravo do que por ocupá-lo melhor, ou mais produtivamente: "Assim, alguns trabalhos como os dos couros, e mesmo o empilhamento ou o embarque, são às vezes executados um pouco tardiamente, de preferência nos dias de desocupação, e por todos os escravos. Numa palavra, não há especialização do trabalho porque se procura economizar mão-de-obra" (44). A expressão final de Couty, com o contra-senso aparente, mostra bem o sentido anticapitalista do sistema escravista: economizar mão-de-obra na economia escravocrata significa o oposto do que por esse processo se entende numa economia capitalista. Nessa, economiza-se a retribuição ao trabalho, isto é, diminui-se o tempo necessário para a manutenção do operário gasto na produção. Naquela, como o senhor adquire compulsoriamente a força de trabalho do escravo em todos os momentos da vida, significa fazer com que, durante todo o tempo, o escravo desgaste sua força de trabalho em tarefas que aparentemente interessam ao senhor, mesmo quando, na realidade, essas tarefas significam um desperdício de tempo em

(44) Couty, *op. cit.*, pág. 142.

termos do processo de produção. Numa palavra, o sistema escravocrata, numa economia mercantil que visa o lucro, encobre para o proprietário de escravos o sentido real da produção capitalista e impede o pleno florescimento do capitalismo.

Mas também noutro sentido o regime de trabalho escravo erige-se como uma barreira à intensificação da divisão técnica do trabalho e, portanto, à racionalização do processo de produção requerida pelo capitalismo moderno. Já afirmei repetidas vezes que o estímulo decisivo para o trabalho no regime escravista é a violência e o controle estrito do escravo. Isto aumenta o custo social da produção porque exige a organização de um corpo de trabalhadores parasitários do processo de trabalho (feitores etc.) e introduz mais um elemento de irracionalidade no processo produtivo. Com efeito, em Pelotas o controle da produção do escravo era feito de molde a impedir o seccionamento do trabalho. Cada escravo era obrigado a executar um conjunto de tarefas diversas capazes de serem reagrupadas e medidas. Por esse motivo, o mesmo escravo dedicava-se, num mesmo dia, a muitas tarefas diferentes: "Ele deverá trazer, no fim de sua jornada, um certo número de orelhas que indicarão o número dos animais e dos couros que preparou" (45).

Portanto, a escravidão constituía-se como um obstáculo para o progresso da economia gaúcha tanto por motivos estritamente econômicos, isto é, de mercado, como por motivos que se prendiam diretamente à forma de organização do trabalho escravo. A situação descrita e analisada neste capítulo foi, sob certos aspectos, particular às condições da economia do charque, mas acredito que possua significação geral em termos da economia escravocrata (46). Ela mostra que o regime servil limita as possibilidades da racionalização da vida econômica e, por consequência, de desenvolvimento do capitalismo. Insisto sobre este ponto porque, como é sabido, o regime escravista desenvolveu-se no Brasil como um recurso para a obtenção de mão-de-obra abundante para a produção mercantil de produtos agrários tropicais numa economia que supunha já o desenvolvimento do capitalismo comercial. Sabe-se que tal sistema funcionou adequadamente, isto é, permitiu lu-

(45) Couty, *op. cit.*, pág. 142.

(46) A possibilidade de generalizar a análise de Couty foi vista por Smith: "Ultimamente, e apesar das tarifas protectoras, tem havido no Brasil importação de carne secca dos *saladeros* do rio da Prata, que são agora concorrentes perigosos de Pelotas. O Dr. Couty mostrou, do modo mais conclusivo, que a gravidade real da concorrência resulta da qualidade diferente do trabalho empregado, - escravos em Pelotas, e trabalhadores livres nos estados platinos. Falha-me o espaço para reproduzir integralmente o raciocínio d'este distincto escritor: é um dos mais poderosos argumentos que tenho visto a favor da emancipação, tanto mais poderoso por tratar da questão debaixo do ponto de vista commercial, sem o minimo vislumbre de sentimentalismo, e aparentemente, sem saber que era um argumento applicavel a outras industrias" (pág. 141).

culos elevados ou razoáveis, por muito tempo. Ninguém ignora, também, que historicamente as possibilidades de persistência desse regime encontraram seu ocaso com o término do tráfico, que reduziu drasticamente o fornecimento da mão-de-obra. Não obstante, a análise que fiz demonstra que, teoricamente, o regime escravocrata acaba por tornar-se um entrave para o desenvolvimento do capitalismo independentemente das possibilidades de suprimento de escravos, tão logo haja necessidade de intensificar os meios técnicos de produção e de apelar para a calculabilidade e para a economia dos fatores de produção.

Dessa forma, a sobrevivência do sistema escravocrata prende-se à existência de conjunturas econômicas que permitam altos lucros, pois nesse caso não existe incentivo nem necessidade para racionalizar o processo de produção que, assim, pode realizar-se nos quadros de uma economia de desperdício. Foi, de fato, o que aconteceu com os "produtos tropicais", cuja produção fazia-se em situação de monopólio, por economias escravistas embora de países ou colônias diferentes. Havendo concorrência e, mormente, concorrência entre produtores que organizam o trabalho à base do salário e produtores que o organizam à base da escravidão, este último tipo de economia está destinado irremissivelmente ao fracasso (47).

Em última análise, este progresso se explica porque a única forma possível de incrementar o rendimento do trabalho escravo está no aumento do número de horas da jornada de trabalho, processo que esbarra com limites naturais; ou então na intensificação do ritmo de trabalho sem grandes alterações técnicas, processo que, como indiquei, esbarra com limites psicossociais. Noutros termos, isto significa que a escravidão permite apenas uma intensificação absoluta de mais produto, enquanto a mola sobre a qual assenta a dinâmica do sistema capitalista desenvolvido é a produção de mais-valia relativa, obtida graças à introdução de recursos técnicos e à subdivisão do trabalho, que permitem produzir em menos tempo o equivalente ao salário (48). Ora, por

(47) A esse respeito, o artigo "Importancia do Trabalho Livre", publicado em *A Discussão*, Pelotas, 17-9-1884, pág. 1, mostra como foi possível alcançar, na época, alguma consciência dos efeitos negativos do trabalho escravo para a concorrência com o trabalho assalariado.

(48) "A produção de mais-valia absoluta se consegue prolongando a jornada de trabalho acima do ponto no qual o trabalho limita-se a produzir um equivalente do valor de sua força de trabalho e fazendo com que o capital se aproprie deste mais-trabalho. A produção de mais-valia absoluta é a base geral sobre a qual repousa o sistema capitalista e o ponto de partida para a produção de mais-valia relativa. Nesta, a jornada de trabalho aparece desdobrada de antemão em dois segmentos: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o segundo diminui-se o primeiro mediante uma série de métodos, com a ajuda dos quais se consegue produzir em menos tempo o equivalente do salário. A produção de mais-valia absoluta gira toda ela em redor da duração da jornada de trabalho; a produção de mais-valia relativa revoluciona desde o alicerce até ao acabamento os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais". Karl Marx, *El Capital*, I, 1, Fondo de Cultura Económica, México, 1946, págs. 560-561.

mais que o senhor de escravo não perceba que parte do tempo gasto por seus escravos resume-se a produzir os meios necessários às suas vidas, esse processo não deixa de ocorrer na realidade (49).

Por outro lado, o escravo precisa, além disso, produzir mais produtos para cobrir o capital inicialmente invertido na sua compra, sem o que a empresa escravista brasileira, que visava lucros que se realizavam no mercado, estaria, desde o início, condenada. Esta exigência da economia escrava voltada para a produção capitalista mercantil mostra não só sua fragilidade para concorrer com a produção capitalista assalariada, como evidencia outra contradição do sistema "escravocrata-capitalista" de produção: na economia capitalista o capital variável é circulante, enquanto, na economia "capitalista" à base de mão-de-obra escrava, o "capital variável" é "fixo". É evidente que as próprias categorias que permitem a descrição e a explicação da economia capitalista aparecem contraditórias, às vezes nos termos, quando aplicadas à economia escravista. Isto revela, mais uma vez, a inviabilidade, em termos capitalistas, da organização escrava do trabalho. Do ângulo estritamente econômico a consequência imediata de o pagamento do trabalho implicar um empate de capital fixo resume-se no ritmo menor da rotação do capital na economia escravista. Se acrescentarmos a esse efeito o fato de que a proporção entre elementos fixos e circulantes em favor do primeiro determina maior tempo para a rotação do capital e, conseqüentemente, pode afetar negativamente a taxa de lucro, ver-se-ão as desvantagens do sistema escravista diante da economia puramente capitalista (50).

(49) Marx mostra que o trabalho assalariado obscurece a percepção pelo operário de que uma parte de seu trabalho (o trabalho excedente) não é remunerado. Acentua, concomitantemente, a ilusão do senhor, propiciada pela economia escravocrata, de que parte alguma da jornada de trabalho corresponde ao escravo: "a forma de salário obscurece toda a marca da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e trabalho excedente, em trabalho pago e trabalho não-retribuído. Aqui, todo o trabalho aparece como se fosse trabalho retribuído. (...) No trabalho dos escravos, até a parte da jornada em que o escravo não fazia mais do que repor o valor do que consumia para viver e na qual, portanto, trabalhava para si, se apresentava exteriormente como trabalho realizado para seu dono". *El Capital*, op. cit., Tomo I, vol. II, pág. 608.

(50) Caio Prado Júnior foi o primeiro a salientar na análise da economia escravocrata brasileira as conseqüências anticapitalistas do trabalho escravo, porque ele implicava a inversão de capital fixo: "De um modo geral, de um ponto de vista estritamente financeiro e contabilístico, o trabalho escravo, sendo as outras circunstâncias iguais, é mais oneroso que o assalariado. O escravo corresponde a um capital fixo cujo ciclo tem a duração da vida de um indivíduo; assim sendo, mesmo sem representar o risco que representa a vida humana, forma um adiantamento a longo prazo do sobre-trabalho eventual a ser produzido. O assalariado pelo contrário fornece este sobre-trabalho sem adiantamento ou risco algum. Nestas condições, o capitalismo é incompatível com a escravidão", *História Econômica do Brasil*, pág. 180, nota 57. Infelizmente, Caio Prado apenas enunciou a tese na nota e não pôde, pela própria natureza do livro, desenvolvê-la em face dos problemas da economia cafeeira que o preocupavam no capítulo em que in-

Assim, parte maior do resultado da produção do trabalho escravo, quando comparada com a dos trabalhadores livres, destinava-se ao trabalho necessário, ou a ressarcir o empate inicial de capital, donde haver maior necessidade ainda de aumentar o segmento da jornada correspondente ao trabalho excedente, para garantir o aumento de "mais produto relativo". Isto, porém, como mostrei, era impossível no regime escravo, por causa dos óbices que ele impunha ao desenvolvimento técnico e à divisão do trabalho.

Acresce que na organização do trabalho escravo a parte da jornada de trabalho desviada da produção de mais produtos é ainda maior por causa das necessidades de "produzir a escravidão". Pouco importa que a jornada de trabalho escravo seja x ou $x+n$ se, na verdade, $n=y$, sendo y o tempo consumido para dar ocupação permanente ao escravo e não para aumentar, num período anual, digamos, a quantidade de produtos produzidos. Durante todo o incremento de tempo de trabalho, em termos do mecanismo da empresa escravista brasileira, o trabalho não era produtivo e para o capitalista só conta o trabalho produtivo entendido como um trabalho criador de mais-valia. Desse ângulo o trabalho escravo numa economia capitalista (a escravidão moderna) apresenta-se como uma contradição em si mesmo quando o sistema capitalista em que ela se insere tende ao crescimento. As tensões criadas por este tipo de organização do trabalho não conduzem à supressão do sistema capitalista; colocam apenas o problema do término da escravidão como requisito para a formação plena do sistema mercantil-industrial capitalista. O desenvolvimento das forças produtivas, nestas condições, coloca a possibilidade da supressão pura e simples do sistema escravista, que passa a apresentar-se como um obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo. A expansão crescente do mercado impõe a divisão e racionalização do trabalho e da produção para o atendimento da demanda e a realização do lucro, e a escravidão impede o desenvolvimento destes processos.

Nos períodos de retração do mercado, o caráter de economia de desperdício da produção escrava aparece claramente como a negação do sentido que a produção capitalista possui quando se desenvolve

seriu essa nota tão importante. Marx diz textualmente: "No sistema escravista, o capital dinheiro invertido para comprar a força de trabalho despenha o papel próprio da forma-dinheiro do capital fixo, o qual vai-se repondo gradualmente, ao expirar o período de vida ativa do escravo", *El Capital*, tomo II, pág. 511.

Como o presente trabalho não é de economia não poderei desenvolver mais amplamente as implicações sobre as condições de realização do lucro da economia escravista. Marx, depois de mostrar que a proporção entre capital fixo e capital circulante na composição orgânica do capital não afeta a taxa de lucro, ressalva dois casos, o segundo dos quais ocorre quando "a diferente proporção entre os elementos fixos e circulantes determina uma diferença quanto ao tempo de rotação durante o qual se realiza um certo lucro", *El Capital*, op. cit., tomo III, vol. I, pág. 197.

plenamente, tal como foi classicamente caracterizada: "A produção capitalista não é mais produção de mercadorias, mas substancialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si mesmo, mas para o capital. Por isso, neste caso, não é suficiente que produza em termos gerais, pois deve produzir concretamente mais-valia. Dentro do capitalismo só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou que trabalha para tornar rentável o capital" (51). Contudo, se apenas nos períodos de retração da procura se desvenda o conteúdo irracional, sob o ponto de vista capitalista, da produção escrava, esse conteúdo não deixa de existir em toda a produção escrava. Apenas, o trabalho continuamente desperdiçado e improdutivo oculta-se sob o véu de um trabalho árduo e estafante. Por certo, também o escravo não produz para si mesmo, senão na pequena proporção em que se ocupa da criação do equivalente aos meios indispensáveis para sua vida, mas parte do trabalho que executa não se destina nem a repor o capital inicial empatado na sua compra, o que, em si mesmo, já constitui um desperdício de capital do ponto de vista do sistema capitalista, nem a crescer o capital. É, por estas razões, uma produção sem sentido dentro dos quadros da economia capitalista desenvolvida. Produz, apenas, condições que mantêm a estabilidade da escravidão e seu influxo negativo sobre o crescimento econômico (52)

(51) Karl Marx, op. cit., tomo I, vol. I, pág. 560. Grifos do texto.

(52) As conclusões deste capítulo mostram, além dos resultados que interessam imediatamente à compreensão das bases sociais da produção escravista ressaltadas na parte conclusiva, que há dois problemas que devem ser melhor esclarecidos. Em primeiro lugar, é preciso salientar que, se no plano teórico-sistemático há uma incompatibilidade entre expansão do capitalismo e manutenção da escravidão, historicamente esta contradição nem sempre manifestou-se plenamente e, menos ainda, pôde cair no nível de consciência dos agentes sociais. De qualquer forma, isto não justifica generalizações apressadas: é preciso evitar relações simplistas entre escravidão e capitalismo. Assim, as explicações sobre o término do tráfico negreiro fundadas no interesse de a Inglaterra evitar a concorrência entre os produtos de suas colônias e os produtos das economias escravistas de outras áreas precisam inserir-se em quadros explicativos mais amplos para que o sentido da história não se inverta. O trabalho de Eric Williams, *Capitalism & Slavery*. The University of North Caroline Press, Richmond, 1944, distingue, com razão, a existência de interesses monopolistas na Inglaterra, que lutavam pela manutenção do sistema colonial-escravista, dos interesses industrialistas, que lutavam pela extinção do tráfico e abolição da escravatura. Por isso, os documentos, afirmações e medidas políticas inglesas sobre o tráfico e a abolição refletem ora uns ora outros interesses, não sendo legítimo concluir, em face de preocupações inglesas com a concorrência da produção escravista brasileira, que, de fato, a economia escrava produz só por ser escrava lucros maiores que a economia à base da mão-de-obra livre; nem, tampouco, que a manutenção da escravidão era possível ou essencial para a prosperidade industrial da Inglaterra, mesmo quando a acumulação de capitais já permitia a produção em massa. Com efeito, nem sempre a política oficial inglesa ou as afirmações de políticos e homens de negócio ingleses, o "ponto de vista da Inglaterra", significou o ponto de vista dos interesses industrialistas ingleses. Ao contrário, muitas vezes coincidiu com os interesses dos produtores coloniais, preocupados efetivamente com a produção brasileira e com a desorgani-

zação da produção colonial inglesa. E, muitas vezes, à necessidade de expansão do mercado sentida pelos interesses industrialistas sobrepôs-se a vontade de manutenção da posição de domínio dos grupos ligados aos interesses colonialistas, para os quais a manutenção do tráfico e da escravidão nas áreas competidoras constituía sério problema. Dessa conjuntura não cabe inferir que a economia escrava produz altos lucros, mesmo em situação de concorrência com outros tipos de economia, pois a relação é, na verdade, inversa: só em conjunturas altamente favoráveis aos grandes lucros pode manter-se a economia escrava competindo com a produção assalariada. Nem cabe inferir que escravidão e expansão do capitalismo industrial mantêm-se simultaneamente: à medida que os interesses industrialistas impuseram-se aos interesses colonialistas, a mercantilização crescente da economia capitalista industrial atingiu as economias periféricas, suscitando e favorecendo a alteração da ordem escravista.

Em segundo lugar, nada justifica que se analise a produção econômica escravista partindo de um quadro teórico de referência elaborado para analisar sistemas capitalistas nos quais a força de trabalho é uma mercadoria de propriedade dos trabalhadores. Creio que os próprios conceitos elaborados para descrever e explicar este último tipo de economia (basicamente as economias industriais capitalistas que empregam trabalho assalariado) precisam ser redefinidos ou utilizados com reserva quando se discutem a produção e a economia escravocrata organizada para permitir lucros. Esta crítica alcança até os trabalhos de Celso Furtado (*A Economia Brasileira e Formação Econômica do Brasil*), que tanta luz lançaram, noutros pontos, para a compreensão da economia escravocrata.